



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2008

### **ACTA NÚMERO VINTE**

No dia vinte e seis de Setembro do ano dois mil e oito reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelos Senhores Deputados António Lívio Martins Roque e Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Estudo prévio do aproveitamento da fábrica do rio: Museologia e Energias Renováveis. [apresentação do Senhor Doutor Carlos Santos da A.M.C.B.]

Ponto dois: **Intervenção do Público.**

Ponto dois, um: Resposta às questões anteriormente colocadas pelo Público.

Ponto três: **Período antes da ordem do dia.**

Ponto três, um: Aprovação da acta da sessão anterior.

Ponto três, dois: Leitura resumida do expediente e prestação de informações.

Ponto quatro: **Período da ordem do dia.**

Ponto quatro, um: Aprovação do Regulamento das Distinções Municipais.

Ponto quatro, dois: Participação variável no IRS, nos termos do nº 1 do artº 20º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro (dedução máxima).

Ponto quatro, três: Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto quatro: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além dos mencionados, os Senhores Deputados Municipais: António Santos Ferrão (em substituição do Senhor Deputado Albino Massano Leitão), Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso, André Craveiro Leitão, Fernanda Isento Pereira, Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Estiveram também presentes os Senhores Presidente, Vice-Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Manteigas.

O Senhor Deputado Albino Leitão justificou a falta e solicitou a respectiva substituição.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Às **vinte horas e quarenta minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e passou de imediato a palavra ao Senhor Doutor Carlos Santos da A.M.C.B.-----

----- PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

### - ESTUDO PRÉVIO PARA APROVEITAMENTO DA FÁBRICA DO RIO: MUSEOLOGIA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

----- O Senhor Doutor Carlos Santos fez a apresentação de um projecto para o aproveitamento da Fábrica do Rio, a partir de um estudo da responsabilidade da empresa EnerArea. O referido estudo prevê a criação de um “Museu Nacional da Floresta e Energias Limpas”, cujo objectivo geral é a recuperação da Fábrica do Rio e cujos objectivos específicos e implementação constam no **Anexo 2** a esta acta. Após a apresentação seguiu-se um período em que os senhores deputados e público em geral tiveram a oportunidade de colocar questões ao Senhor Doutor Carlos Santos, tendo este prestado os esclarecimentos solicitados pelos presentes.-----

----- O Senhor Presidente agradeceu a apresentação do Senhor Doutor Carlos Santos e os esclarecimentos que quis prestar a esta Assembleia e passou ao ponto seguinte. -----

----- PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente aceitou inscrições do público interessado em intervir e verificou que, pelo número de inscrições, cada interventor teria cerca de sete minutos para falar. -----

----- O Senhor Município António Massano perguntou porque é que, quando há situações de divergência entre os munícipes e os órgãos autárquicos, os presidentes da Câmara ou das Juntas de Freguesia não tentam chegar a um entendimento oral em vez de chamar logo a GNR. Referiu como exemplo o caso do Senhor António José Correia. -----

----- O Senhor Município José Samuel referiu que o Grupo Motard ‘Montes Hermínios’ enviou ao Senhor Presidente da Assembleia uma carta, assim como ao Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, a alertar para futura abertura de um grande espaço chinês que prejudicará imenso o comércio em Manteigas e provocará profundos desequilíbrios económicos. Falou depois de um livro lançado pela Caixa Geral de Depósitos, em França, que faz publicidade a toda a região da Serra da Estrela omitindo a existência de Manteigas. Pede que se veja com muita atenção porque é que Manteigas não vem no mapa. Mencionou depois um outro livro que recebeu sobre a Região Centro, onde Manteigas também não consta e onde se menciona apenas o Vale Glaciar. Informou depois que o Grupo Motard irá deixar em todos os cantos do país por onde passar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

publicidade a Manteigas, cedida gentilmente pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara de Manteigas. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara perguntou se o Senhor Município conhece alguma legislação que permita que a Câmara obstrua a abertura de qualquer posto de comércio em Manteigas. Esclareceu que a Câmara está solidária com todos os manteiguenses mas que, legalmente, a abertura de qualquer espaço comercial está sujeito a licenciamento prévio e não há qualquer impedimento para que alguém se estabeleça em Manteigas, desde que cumpra a legalidade em termos de espaços. Consultou os serviços jurídicos da Câmara e a Associação Comercial da Guarda e a resposta que obteve é que a Constituição e a lei portuguesa não permitem o impedimento de abertura de um espaço comercial desta natureza. Esclareceu ainda que os estrangeiros e os apátridas que se encontrem em Portugal estão sujeitos à mesma lei que os portugueses. Mais informou o Senhor Município que lhe iria dar nota do processo, dizendo que seria considerada uma atitude xenófoba estar a afastar alguém – alguém de Manteigas poderia ter adquirido aquele espaço para o mesmo fim, ou fim paralelo, e ninguém o fez. Deixou a pergunta “se nós podemos ser xenófobos nesta matéria e, não o sendo, se o Senhor Município conhece alguma legislação que permita a sua intervenção”. Terminou dizendo que “boa vontade temos, não sabemos é como regularizar a situação”. -----

-----O Senhor Município António Júlio Leitão Garcia deu os parabéns pelo arrelvamento do estádio municipal, por um lado, e, por outro lado, lamenta que para um projecto do município João Gabriel iniciado há três anos com os jovens iniciados tenha terminado porque vêm os portões do estádio de futebol fechado a cadeado. Lamenta profundamente que ao fim dos sacrifícios passados, inclusive fome que os jovens passaram, se dê este tratamento a esta associação, deixando-se os jovens tristes e sem actividade porque o estádio está reservado unicamente para a classe sénior. -----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que existe um protocolo, que a Câmara acompanha e fiscaliza, onde está previsto que a associação desportiva deve diversificar as modalidades que pratica para que não se caia na omnipresença do futebol. Além disso a direcção da associação teve a maioria dos votos dos sócios para um mandato de dois anos e por isso merece a confiança da edilidade. Informou também que na última sessão de Câmara questionou o presidente da direcção sobre as modalidades desportivas, respectivos escalões e número de jovens previstos para o próximo ano de actividades. A resposta que merecerem estas questões ditará os termos do protocolo e o apoio financeiro a prestar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Município José Manuel Pombo Batista, recordando a debandada geral que se verifica em Manteigas, desafiou os órgãos de gestão e oposição a sentarem-se à mesa para resolverem a situação do concelho, porque o que se está a passar é muito grave e todos os eleitos, sem excepção, não estão a fazer nada para inverter a situação. Referiu depois que no último boletim municipal se menciona uma obra ao lado do Solar da Castanha, onde se prevê gastar-se sessenta e cinco mil euros na recuperação de uma casa, que ninguém sabe para quê, quando há PERIDs aprovados há três anos e que não são executados porque não há instruções para se fazerem. -----

-----O Senhor Presidente disse que esta Assembleia não tem obrigação de ouvir o Senhor Município da forma como ele entende que deve estar; tem, isso sim, de ouvir as pessoas em tom educado, de forma clara e transparente, mas não da forma exaltada que o Senhor Município utiliza. Admite que, com a crise que atravessa Portugal e o mundo, sejamos inflamados no que dizemos, mas tem que haver uma certa contenção na forma como abordamos todas as pessoas que aqui estão. Referiu depois que os problemas de desemprego em Manteigas não podem ser resolvidos por esta Câmara ou esta Assembleia, às quais não podem ser assacadas responsabilidades nesta matéria. “Podemos criar condições para minorar os problemas mas estes só se resolvem com a criação de novas empresas, de novos postos de trabalho, com facilidades concedidas pelo governo central e é visível que hoje não é fácil aceder ao crédito ou aos fundos comunitários”. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, referindo longamente os contornos da crise que atravessamos, acrescentou que Manteigas tem condições e capital para investir; o que falta são investidores. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu que a razão do Senhor José Município vem alguns anos atrasada, pois esta Assembleia foi alertada no século passado para a necessidade de se criar investimento em Manteigas e para os perigos da mono-indústria; já nessa altura havia a percepção das dificuldades por que estamos a passar. Referiu ainda o ‘boom’ de fecho de fábricas a seguir ao vinte e cinco de Abril na Covilhã, que foi salva pela instalação da Universidade da Beira Interior. Em Manteigas, na altura, encerrou a fábrica de Matos Cunha e, das cerca de oitenta pessoas que ficaram desempregadas, uma boa parte foi absorvida por esta Câmara e alguns tiveram de emigrar. Quando há três anos fechou a maior indústria não havia investimento no tecido produtivo que permitisse a absorção de desempregados. Na crise dos têxteis em mil novecentos e vinte e cinco, no jornal ‘Ecos de Manteigas’ apresentava-se o turismo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

como alternativa. No entanto, o Senhor Deputado não acredita que seja a solução já que o turismo só será viável quando houver gente com dinheiro para gastar. Concorde que se deve fazer alguma coisa, mas que não se ocupe as pessoas só com 'devaneios'.-----

-----O Senhor Município António José Correia fez uma intervenção lida, que passo a transcrever: *«O que eu penso que é verdade é que tudo isto que me estão a fazer é mera política e que no meu entender é porque talvez eu seja o alvo mais fraco. Ora vejamos: até à data das últimas eleições autárquicas o Tozé Correia não era santo nem era bárbaro, como se afirmar em edital da Junta de Freguesia de São Pedro. Tudo estava bem, inclusive até fiz uns trabalhos para a Junta de Freguesia, situação que agora me passa bem longe. Daí em diante, e assim que comecei as obras da minha casa e os vizinhos começaram a apresentar queixa, sem fundamento, aos senhores vereadores do PS de Manteigas, têm tentando por todos os meios criar casos, seja nas reuniões ou nas assembleias desta Câmara, sobre a minha pessoa. Mas com o possível objectivo de atingir outras pessoas. É de lamentar que tudo o que eu faço e não faço no meu dia-a-dia sirva para alimentar os ditos e mexericos das ruas de Manteigas só porque os senhores vereadores do PS de Manteigas encontram por bem perder o seu tempo com assuntos de rua, sem saber se têm fundamento ou não, em vez de se ocuparem a resolver problemas sérios, esses sim importantes para o nosso concelho. Digo ainda que isto tudo vai ter um fim e a verdade vem sempre ao de cima. Há que ter paciência e esperar que a justiça seja justa para pôr fim a todas estas injustas barbaridades de que estou a ser alvo. Para terminar, toda a gente pode testemunhar através das actas das reuniões de Câmara, via internet, as coisas que têm sido ditas nestas reuniões de Câmara a meu respeito. Gostava de saber o porquê de tudo isto. Agora o assunto da questão do Senhor António Roque. O Senhor António Roque não tem nada a ver com o assunto visto não conhecer os factos porque não viu nada, ou seja, devia era calar-se, a não ser que seja juiz ou advogado do Senhor Presidente da Junta de São Pedro. Eu quero explicar que não sou uma pessoa agressiva, como alguém alvitrou».* Foi então instado pelo Senhor Presidente a concluir a sua intervenção, uma vez que o tempo de que dispunha terminou.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, autorizado pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que a actividade dos vereadores do PS na Câmara pauta-se pela justiça na defesa dos interesses dos manteiguenses, sejam eles quem e de que partido forem. Se dão voz ao que parece ser o desleixo na Câmara não fazem mais que a sua obrigação e têm pena que os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

incumprimentos recaiam sempre sobre os mesmos munícipes pois não querem que a Câmara tenha dualidade de critérios. Rejeita por isso qualquer afirmação de que os vereadores do PS estão aqui para prejudicar alguém por divergências políticas.-----

-----O Senhor Vereador António Fraga, autorizado pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que não é dado a 'ditos e mexericos' e questionou se foi por acaso que a obra do Senhor Município António José Correia foi embargada por unanimidade.-----

-----O Senhor Município José Maria Massano Abrantes disse que os sinais que se encontram no entroncamento do Jardim precisam de uns reflectores triangulares porque, venha-se de que direcção se vier, os sinais não se vêem dado que não estão perpendiculares à rua. Referiu depois os 'ferros' que se encontram a ocupar lugar próximo à Cervejaria Central que não se vêem quando se desce de Santa Maria e se corta para a rua do antigo cinema. Na rua Dom João de Castro, junto ao Senhor José Aldeia, está uma caixa da EDP rachada, que é um perigo para qualquer criança. Chamou depois a atenção para as casas abandonadas em frente à Caixa Geral de Depósitos, que são um péssimo cartaz de visita para quem vem a Manteigas e que representam um perigo pelos animais indesejáveis que ali proliferam (recentemente entrou no seu estabelecimento uma cobra).-----

-----O Senhor Presidente deu por concluído o período de intervenção do público, referindo que, em relação à questão apresentada pelo Senhor Município António Massano, somos contra todo e qualquer tipo de violência, e passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

#### ----- PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

##### ----- APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

-----O Senhor Presidente informou que foram feitas as alterações solicitadas às actas números dezoito e dezanove e pôs as mesmas a votação. A **acta número dezoito** obteve três abstenções e dezasseis votos a favor, pelo que foi **aprovada por maioria e por minuta**. A **acta número dezanove** obteve cinco abstenções e catorze votos a favor, pelo que foi **aprovada por maioria e por minuta**. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso leu a seguinte declaração de voto sobre a acta número dezanove: «*Após a leitura de Acta da Assembleia Extraordinária realizada no dia dezoito de Julho de dois mil e oito, verifico sem surpresa que a mesma não retrata o que efectivamente se passou na referida assembleia, como aliás é reconhecido ao ser enviada a proposta para eventual correcção e ou*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*acrescentar intervenções omissas. § Reconheço e aceito com naturalidade a boa intenção registada de participar na melhoria da mesma. § Entendi no entanto que não o deveria fazer, justificado pelas condições em que a Assembleia se realizou, ou seja, sem o normal equipamento de gravação. § Tive o cuidado de alertar no início da sessão para a responsabilidade que era a de acompanhar as intervenções tomando apontamentos para depois dar corpo à acta final. Sendo inicialmente difícil, tornou-se mais tarde impossível, como se confirma. Não quero mesmo assim deixar de dar os parabéns à redactora pelo esforço desenvolvido. § Posto isto e porque me assiste esse direito, não posso deixar de dizer que, estando em discussão os recentes aumentos das tarifas de água, a nova tarifa de saneamento e a nova taxa fixa de um euro, haja total omissão de intervenção tida dando-se conta só do aspecto em que a mesma teve referência à lei, isto é, a mesma lei que serviu de fundamento ao aumento da tarifa de água, tarifa de saneamento e, aqui a interrogação porque carece de fundamento legal, o aparecimento da nova taxa fixa de um euro. § Não constava da proposta de acta, que me foi previamente apresentada, a defesa do Partido Socialista e seu governo, perante a acusação de que a culpa dos aumentos referidos era do governo, como consta do documento apresentado pelo PSD e previamente negociado com a maioria autárquica. Para além do insólito, também Pilatos lavou as mãos há dois mil anos, disse eu naquele dia de assembleia extraordinária. § Pior do que errar é, reconhecendo-se o erro, não o corrigir. § Como foi dito naquele dia, opus-me e continuo a opor-me aos aumentos e novas tarifas porque não poderão ter uma visão cega, de régua e esquadro, numa leitura fácil e puramente economicista, assente em valores irreais, havendo desconexão entre os valores consumidos e a receita efectiva, desprestigiando e desconsiderando toda uma população já de si carente de apoio social sempre necessário e que hoje mais que nunca se tornou premente gerir o concelho com uma política que vá ao encontro dos carenciados e dos desempregados. § Só por alheamento ou por facilitismo é que se pode ficar indiferente, apresentando-se como desculpa o aproveitamento político por parte dos opositores socialistas, o que vem acentuar a insensibilidade. § Quando iniciei a minha intervenção fi-lo questionando o Senhor Presidente da Câmara, que se encontrava confundido com a assistência, quando o seu lugar perante a lei era no espaço que lhe estava destinado na Mesa, como sempre fez no Salão Nobre, se ia ou não ia responder às questões inicialmente colocadas pelo deputado Albino Leitão, tendo-se ele recusado a tal. Só depois disso é que iniciei a minha intervenção, fazendo uma resenha do processo das águas e saneamento entre a Câmara e a empresa Águas do Zêzere e Côa, onde o PS deu a sua aprovação, pugnando pela salvaguarda dos interesses de Manteigas, o que não está a acontecer agora nem aconteceu em dois mil e dois. § A parte omissa na proposta de acta para a qual pediram a minha intervenção refere o articulado da lei que sustentou e continua a sustentar o meu/nosso discurso, nomeadamente o Decreto-Lei número noventa e sete barra dois mil e oito, de onze de Junho, que refere “acredita-se que as políticas dos preços de água devem constituir incentivo adequado para uma utilização eficiente dos recursos hídricos, devendo ponderar-se, na sua fixação, as consequências sociais, ambientais e económicas que a recuperação de custos possa trazer, bem como as condições*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*geográficas e climáticas das regiões em causa” e ainda “a nova taxa de recursos hídricos não se dirige à generalidade dos pequenos utilizadores”. § Relativamente à Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, Lei das Finanças Locais, e que também foi referida, ao invés de nos cingirmos ao artigo décimo sexto, número um, atente-se ao número dois do mesmo artigo e ao artigo sexto, número dois, alínea a), em que “a promoção da sustentabilidade local deve ser assegurada designadamente: pela discriminação positiva dos municípios com área afecta à Rede Natura 2000 e área protegida, no Fundo de Coesão Municipal”. § Outras coisas terão sido ditas que também não me ocorrem, mas nada foi dito em termos pessoais como alguém tentou fazer crer, ao fazer discurso inflamado, premeditado porque foi previamente escrito, e que não teve nem o discernimento nem a capacidade de o alterar, adaptando-o à circunstância e, aqui sim, insinuando em termos particulares o que foi por demais condenável e triste. § Orgulho-me da minha honradez e desafio qualquer pessoa, presidente ou não, a apontar-me o dedo na certeza porém que ele próprio já se apontou a si próprio com três desses mesmos dedos, o que revela que em termos de respeito e de integridade ninguém é mais que ninguém, pelo que não admito que alguém atente contra a minha dignidade e integridade pessoal, aqui ou em qualquer lugar.» -----*

-----O Senhor Presidente relativamente à questão das actas frisou que, desde a primeira Assembleia que estas têm sido enviadas aos membros da Assembleia para que as possam corrigir, acrescentar, eliminar, adaptar o que entendem que foram as suas intervenções. Frisou também que nunca qualquer correcção à acta deixou de ser introduzida, não pondo a Mesa em questão se tais alterações correspondem exactamente, ou não, ao que foi dito nas assembleias. Referiu ainda que o outro Senhor Deputado do Partido Socialista, Senhor Deputado Albino Leitão, que teve também uma intervenção bastante grande, fez as correcções que achou convenientes. --

### ----- PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

#### ----- LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

-----Correspondência recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

-----Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:-----

----- — Circular enviando cópia do Parecer sobre a Proposta de Lei que altera as taxas e os prazos de isenção previsto no código do IMI [ANEXO 3]; -----

----- — Circular dando conta das preocupações com a transferência de competências no âmbito da educação [ANEXO 4];-----

----- — Circular sobre a contratualização dos Programas Operacionais Regionais com as Associações de Municípios/NUTS III [ANEXO 5]; -----

----- — Ofício da Administração Regional de Saúde do Centro em resposta à moção enviada por esta Assembleia Municipal sobre o Centro de Saúde de Manteigas [ANEXO 6];-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- — Ofício da Assembleia Municipal do Porto, cobrindo uma moção a propósito do uso de verbas do QREN, rubrica Programas Operacionais Temáticos, destinados às regiões menos desenvolvidas, na região mais rica de Portugal [ANEXO 7]; -----

----- — Cópia do ofício enviado pelo Senhor Presidente da Câmara aos senhores Ministro do Ambiente, do Ordenamento e Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado-Adjunto e da Administração Local, Presidente da CCDRC, Directora-Geral das Autarquias Locais e Presidente do Conselho Directivo do IRAR a propósito da fixação de tarifas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais [ANEXO 8]. -----

----- — Carta do Grupo Motard “Montes Hermínios” solicitando a intervenção da Assembleia no sentido de impedir a abertura de um espaço comercial chinês [ANEXO 9]; -----

----- — Ofício da Junta de Freguesia de Manteigas – São Pedro cobrindo o envio de edital referente a agressão sofrida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro [ANEXO 10]; -----

----- — Carta do Múncipe Senhor António José Gaspar Correia a dar conhecimento de declarações prestadas na Assembleia de Freguesia de São Pedro sobre o tema relacionado com o edital objecto do anexo 10 a esta acta [ANEXO 11]. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso lamentou que não tenha sido dada, da parte da Câmara Municipal, a devida atenção à moção aqui aprovada há dois meses atrás sobre a revisão das tarifas de água e saneamento e a tarifa única. -----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar referiu que parece que há uma situação de facto — um órgão deste município, no exercício das suas funções, foi agredido, ainda que em propriedade privada. Todos nós temos direito à nossa integridade enquanto pessoas e esses procedimentos não são correctos, muito menos quando se está no desempenho de funções públicas, pelo que fez uma proposta de solidariedade para com o Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e de repúdio pelo procedimento de terceiros. -----

-----Após o intervalo, que o Senhor Presidente entendeu por bem fazer, o Senhor Deputado Horácio Gaspar informou os presentes que tomaram como boa uma proposta do Senhor Deputado Manuel Carvalhinho no sentido de que teria mais força uma moção conjunta e, uma vez que esta situação ainda não transitou em julgado, aceitaram os seus argumentos e estão dispostos a subscrever um texto que o Senhor Deputado apresentou. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho passou então a ler a seguinte proposta de moção [ANEXO 12]: «*Moção de censura: Chegou ao conhecimento desta Assembleia, via edital afixado nos*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*lugares do costume, a existência de factos que podem vir a integrar a prática de vários crimes contra a pessoa de um ilustre membro desta Assembleia. § Efectivamente, tal edital dá a conhecer que tais factos, possivelmente integrantes da prática dos crimes de ofensas corporais, injúria e/ou difamação, se encontram já a ser avaliados em sede de inquérito criminal. § A culpa não está assim formada, sendo que as instituições judiciais investigarão e julgarão tais factos, desenvolvimentos da situação que se seguirão com a máxima atenção e cuidado por esta Assembleia. § No entanto, e atenta à contemporaneidade dos acontecimentos, não pode deixar esta Assembleia de, e apenas de uma forma geral e abstracta, censurar a prática de factos de tal índole ou natureza praticados contra um membro eleito desta Assembleia. § Assim, propõem os deputados desta Assembleia que seja aprovada a presente moção de censura.»-----*

-----À questão do Senhor Deputado José Quaresma Domingos, o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho esclareceu que em termos jurídicos esta moção não tem qualquer repercussão.-----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos aproveitou para dizer que os Presidentes de Junta são alvo de agressões não físicas que podem ser piores que as agressões físicas. -----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar disse que o apelo que o levou a subscrever esta moção é que não devemos ser indiferentes, sob pena de se poderem banalizar actos que não são recomendáveis nem nas famílias, nem nas escolas, nem em lado nenhum. Não se trata de condenar pessoas, trata-se de tomar posição sobre actos que eventualmente terão ocorrido. -----

-----O Senhor Presidente colocou então a moção à votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com um voto contra, quatro abstenções e catorze votos a favor. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares fez a seguinte declaração de voto: “Abstive-me porque, embora condenando qualquer tipo de violência que tenha existido e manifestando a minha solidariedade institucional, a minha consciência não me permite opinar sobre um assunto que desconhecia até ao momento das intervenções que aqui foram proferidas”. -----

-----O Senhor Deputado André Leitão também subscreveu esta declaração de voto.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara alertou os presentes para a eventual necessidade de uma assembleia extraordinária para aprovar os estatutos da Comunidade Urbana das Beiras, os quais estão a ser alterados para permitir à associação concorrer aos programas do QREN. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares lembrou que, perante esta explicação do Senhor Presidente da Câmara, seria conveniente os presentes terem acesso ao texto dos novos estatutos, tendo o Senhor Presidente dito que fará distribuir o documento pelos deputados da Assembleia.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS

##### PONTO 4.1 DA ORDEM DE TRABALHOS

##### APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES MUNICIPAIS [ANEXO 13]

O Senhor Presidente, depois do Senhor Deputado Albino Cardoso ter dito que este regulamento é o consenso legitimamente obtido em Assembleia, pôs o documento à votação. Com um voto contra e dezoito votos a favor, o **Regulamento das Distinções Municipais foi aprovado por maioria e por minuta**.

O Senhor Deputado Armandino Suzano fez a seguinte declaração de voto: “Vou ter que justificar o meu voto contra porque dei o meu parecer durante o período de discussão pública do documento, entreguei-o na Câmara e passados alguns dias, com estranheza, recebi o ofício da Câmara a dizer que já tinha acabado o prazo de discussão pública e que o Regulamento estava aprovado em Assembleia Municipal. Só pode ter sido um lapso, visto ter acabado agora de ser votado. E não estou de acordo com o artigo décimo sexto, a distinção aos funcionários municipais, porque já está previsto no artigo segundo. Daí estar contra pôr-se no Regulamento especificamente os trabalhadores do município, pois acho que os trabalhadores das outras empresas não têm que ser inferiorizados. E não me esqueço que as pessoas devem ser tratadas por igual, não é por se ser doutor que não se deve dar respeito às cartas que se enviam. Se houve um lapso, o regulamento não estava aprovado, deviam ter-me informado que tinha sido um lapso”.

##### PONTO 4.2 DA ORDEM DE TRABALHOS

##### PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTº 20º DA LEI Nº 2/2007

##### DE 15 DE JANEIRO (DEDUÇÃO MÁXIMA) [ANEXO 14]

O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse que esta Câmara não tem receitas próprias e podemos aqui estar a falar de valores irrisórios mas temos de reconhecer que é um esforço social meritório e não tem dúvida que esta dedução será aprovada por todos os deputados desta casa.

Não havendo mais intervenientes, o Senhor Presidente pôs à votação a deliberação camarária sobre esta matéria, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade e por minuta**, com dezoito votos a favor, não tendo votado o Senhor Deputado Armandino Suzano, que se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

retirou da sessão no início deste ponto da ordem de trabalhos. Não participou, pois, das votações subsequentes. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista congratula-se com a decisão tomada e aprovada em sessão de Câmara, bem como com o resultado aqui apurado, verificando-se neste caso concreto a aplicação da Lei das Finanças Locais. Não é muito. Espero que contribua de alguma forma para a sediação de mais gente em Manteigas, de mais empresas, e assim compensar a perda eventual que a Câmara venha a ter pelo menor recebimento destas verbas, que obviamente será recebido pelas pessoas”.-----

----- PONTO 4.3 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL [ANEXO 15] -----

-----O Senhor Presidente após uma curta intervenção do Senhor Deputado Albino Cardoso sobre o facto de não querer repetir-se sobre a forma como a informação é dada a esta Assembleia, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 5. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

-----O Senhor Presidente aceitou inscrições dos presentes para colocarem outros assuntos de interesse.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares recordando algumas coisas que ouvimos no início desta sessão, como ‘andamos distraídos’, ‘somos todos iguais’, ‘não fazemos aquilo que devemos em prole de quem nos elegeu’, disse que não somos todos iguais. Pela parte que lhe toca, não tem problema em dizer que não anda distraído sobre os problemas do concelho, como já provou mais de uma vez, apesar de cá não residir, tem consciência de que tem feito tudo o que está ao seu alcance, muitas vezes em prejuízo próprio e da sua vida familiar. Fá-lo com gosto, mas não faz milagres. Referiu depois que o problema da diminuição da população em Manteigas não é um problema de Manteigas — a imprensa local desta semana refere que é um problema regional — e a propósito disto disse que o jornal “Terras da Feira” (Santa Maria da Feira) da semana passada trazia também um artigo a propósito deste tema. Passamos a vida a queixar-nos da nossa interioridade e o distrito de Aveiro, que é litoral, perdeu população nos últimos dez anos em todos os seus concelhos, à excepção de Santa Maria da Feira que aumentou entre quatro e cinco mil habitantes nos últimos dez anos. Significa isto que todos os concelhos que têm indicadores económicos mais débeis estão a perder população e que não vê como a Câmara de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas poderá, ao menos, sustar ou debelar a sangria, quando o Governo Central não o consegue fazer. Disse depois que um dos grandes problemas que identifica em Manteigas prende-se com a aversão que as pessoas criaram ao risco, ao negócio, ao investimento. Acomodaram-se. E o exemplo que o Senhor Presidente da Câmara deu há pouco de não haver pessoas qualificadas com o nono ano de escolaridade para poderem candidatar-se a um curso de formação é bem a demonstração do comodismo a que as pessoas chegaram. Se queremos chegar mais longe na vida temos que abdicar de muita coisa, fazer sacrifícios; caso contrário não poderemos vencer. Em Manteigas, as pessoas habituaram-se a que 'as coisas lhes caíam do céu' e não consegue entender este tipo de mentalidade embora não julgando ninguém pelas suas atitudes. Quanto ao sector têxtil, todos sabemos da grandeza da perca económica que representou o fecho da SOTAVE mas a competitividade dos têxteis, normalmente falada em termos comparativos com a China, que nos invadem com produtos baratos, às vezes não é o que pensamos. E aconselhou os presentes a lerem um livro, publicado pelo MIT, cujo título não lhe vem à memória mas que aborda a competitividade e as novas fronteiras da economia, e que versa sobre um estudo feito a nível mundial pelo MIT, onde um dos casos apresentados é sobre têxteis e conta a história de uma empresa localizada no centro de Los Angeles (a LA Apparell), que tem funcionários americanos, pagos ao nível dos Estados Unidos, produz t-shirts e é um caso de sucesso económico. E por isto pede que não lhe digam que competitividade é produzir barato na China, achando que o nosso conceito de competitividade é que não é adequado. Esta sua intervenção vem a propósito das distrações que algumas pessoas têm e é a este propósito que faz chegar à Mesa uma moção sobre o plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, cuja discussão pública termina no dia três de Outubro e que é da máxima importância para o nosso concelho, por estarmos plenamente inseridos na área do Parque Natural e que consta do aviso vinte e um mil setecentos e quinze de dois mil e oito, publicado no Diário da República de doze de Agosto deste ano. No dia quatro de Setembro houve uma sessão de esclarecimento no Auditório do Centro Cívico sobre o novo plano de ordenamento, onde não estive por problemas de saúde, mas foi-lhe dito que a adesão da população foi fraquíssima. Passou então a ler a moção **[ANEXO 16]**: «*Moção § Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela § Encontra-se actualmente em fase de discussão pública o novo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. § Manteigas, por ser o único concelho totalmente integrado neste Parque Natural, é, obviamente, o mais afectado por este instrumento de planificação territorial. § Aquilo que deveria ser um instrumento de simbiose com os naturais de Manteigas, residentes e visitantes desta zona de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*preservação natural, no sentido de um desenvolvimento integrado e sustentável em consonância com a natureza, com os valores naturais, e a defesa da biodiversidade, é um instrumento castrador de perspectivas e anseios das pessoas em relação à futura vivência nestas paragens. § Estamos em perfeita consonância com Sua Excelência o Senhor Presidente da República quando o ouvimos afirmar que a preservação do ambiente natural não pode esquecer o desenvolvimento da espécie humana. § De facto, ao lermos o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) e o seu extenso rol de proibições e limitações, muitas delas visivelmente discricionárias, temos inquestionavelmente que nos interrogar se o que se pretende fazer nesta zona é uma reserva selvagem sem população ou se homem e natureza podem conviver harmoniosamente. § Somos da opinião que a convivência com a natureza, não só, é possível como é uma evidência. Sendo também e, principalmente, um recurso para o desenvolvimento de Manteigas que nos é devido, e pelo qual não deixaremos de pugnar.*

*Já alguém terá reparado que apenas existe NATUREZA para preservar porque a espécie humana soube conviver sustentadamente com ela desde sempre, e que assim o fez e soube fazer durante tempos imemoriais? § Quando afirmamos que o POPNSE é restritivo não o fazemos de ânimo leve, antes assentamos a nossa opinião em evidências: § – O artigo 7º, que se refere a actividades interditas, é demasiado vasto! Como conciliar esta interdição, por exemplo, com a actividade secular dos passeios pedestres nos trilhos do maciço central? § – O artigo 8º, que se refere a actividades condicionadas, é discricionário, não esclarecendo quando e em que condições são autorizadas as actividades nele descritas, abrindo lugar a que as referidas autorizações possam ter como cariz fundamental a arbitrariedade; § – O artigo 12º, que se refere às Áreas de Protecção Parcial (APP) de Tipo I, é tão limitador que chega ao ponto de prever a construção de infra-estruturas necessárias ao apoio à conservação da natureza mas não permite alterar o uso duma construção existente e adoptá-la para esse fim, nem mesmo para uma actividade complementar às actividades tradicionais, como seja o turismo da natureza, ainda que integrado em projectos com comprovada sustentabilidade; § – O artigo 14º, que se refere às APP de Tipo II, onde se insere por exemplo a Serra de Baixo, não permite a alteração de uso das construções existentes, ou seja, um proprietário duma casa que servia para guardar alfaias agrícolas não a pode remodelar para usar como casa de férias, ou para habitação própria, nem mesmo para a integrar num conjunto de casas de turismo de natureza associado às actividades tradicionais. Este mesmo artigo faz depender também de autorização do ICNB a reconstrução de edificações sem esclarecer quais os critérios utilizados para tal autorização, abrindo portas à discricionariedade; § – Por outro lado, o plano nesta zona faz a apologia da preservação e recriação das actividades tradicionais, sem permitir que estas sejam complementadas com outros usos sustentáveis (como o turismo de natureza) que permitam aos proprietários e/ou usufrutuários manter uma vida digna e minimamente rentável, em condições de conforto compatíveis com os nossos dias, século XXI; § – Esta impossibilidade, afasta qualquer ideia, que muitos dos naturais de Manteigas possam ter, de querer*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

voltar à Serra da Estrela – à sua Terra Natal, para cá se voltar a fixar e investir recuperando o património dos seus antecessores, e com isso inviabilizando qualquer política Municipal, e/ou do governo central, de incentivo quer à fixação de população, quer de combate ao êxodo para o litoral ou centros urbanos mais atractivos; § – As APP Tipo I e II serão zonas onde é proibido ou praticamente impossível fazer aproveitamentos energéticos ou de outros recursos naturais; § – O artigo 16º, que se refere às APP do Tipo III é, ainda assim, altamente limitador da utilização ou aproveitamento de património edificado ou a edificar, tanto para fins habitacionais quer para fins turísticos; § – O artigo 18º, que se refere às Áreas de Protecção Complementar, é, também, altamente limitador em termos de construção e/ou ampliação de empreendimentos turísticos, impondo valores de áreas que podem mostrar-se exíguos para determinados projectos. § As políticas e filosofia de ordenamento do território que estão na génese desta proposta de plano são totalmente contraditórias às constantes no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, nomeadamente: § – Objectivos estratégicos do PNPT § \* “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.” § \* “Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu, atlântico e global.” § \* “Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.” § – Objectivos específicos do PNPT § \* “Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atracção de populações com níveis elevados de qualificação.” § \* “Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local.” § \* Opção para o Desenvolvimento do Território para a Beira Interior do PNPT § \* “Assumir uma estratégia comum de afirmação territorial e de aprofundamento da cooperação transfronteiriça e de exploração das oportunidades decorrentes da ligação a Espanha.” § \* “Promover o turismo, nomeadamente nas áreas de maior valia patrimonial ou ambiental: aldeias históricas, Serra da Estrela, Vale do Côa/Vale do Douro.” § \* “Implementar soluções inovadoras de transporte público nas áreas rurais.” § \* “Preservar a qualidade da paisagem e prevenir os fogos florestais.” § Ao mesmo tempo que cria todas estas e outras limitações o POPNSE não prevê compensações para aqueles que se vêm privados de usufruir plenamente dos seus bens, tão-pouco prevê medidas de excepção para as zonas abrangidas. § Por termos sido claramente prejudicados pela criação do Parque Natural da Serra da Estrela, que sempre nos limitou o crescimento e nunca nos apoiou no desenvolvimento, exigimos por parte da tutela medidas compensatórias para os municípios e pessoas afectadas pelo PNSE, quer em termos de prioridade em investimentos públicos, como em incentivos fiscais ou outros, minimizadores dos custos suportados pelas exigências do PNSE em todo o tipo de actividade que se desenvolve nesta área, principalmente, porque sendo Manteigas o único concelho totalmente inserido na área do PNSE, as limitações ao desenvolvimento e as opções políticas e as de gestão económico-financeira, ficam maioritariamente dependentes do governo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*organismos centrais, diminuindo substancialmente as competências das autarquias locais, especialmente ao nível municipal. § Exige-se igualmente a flexibilização do POPNSE em discussão pública, permitindo a implementação de soluções razoáveis para as questões levantadas, tanto nesta moção como noutras posições, constantes do documento que os municípios apresentaram em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento, com especial ênfase para as posições e propostas do Sr. Presidente da Câmara de Manteigas. § Propõe-se que esta moção, depois de aprovada, seja apresentada no âmbito do processo de discussão Pública do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.»* O Senhor Deputado pediu depois que, no caso de ser aprovada, além da apresentação no âmbito da discussão pública, esta moção fosse enviada aos Senhores Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro de Estado e das Finanças, Ministro do Ambiente, Presidente do ICNB, Presidente da CCDRC, todos os líderes parlamentares na Assembleia da República, Presidentes de Câmara e Presidentes de Assembleia Municipal dos concelhos da área envolvente do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

-----O Senhor Presidente disse que temos uma política nacional de ordenamento do território que contempla determinados princípios e pressupostos, por um lado e, por outro, temos um plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela que, para além de ‘castrar’ alguns desses princípios, cria outras situações que são penalizantes para os concelhos envolvidos neste Plano, principalmente o concelho de Manteigas. Considera a moção apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Matos Soares muito importante. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso também considera este assunto de extrema importância, pois este documento entronca com os nossos interesses e com o que defendemos – área reservada sim, mas sem limites ao desenvolvimento. Há, no entanto, várias questões que se colocam, tendo a primeira delas a ver com a consciência; ele, pessoalmente, não se sente preparado para, após a apresentação da situação, se debruçar sobre o texto da moção mas fica ‘estarecido’ por ter sido o Senhor Deputado Nuno Matos Soares o único a dar conta desta situação, o que confirma que andamos realmente todos distraídos. Ele próprio, apesar de viver e trabalhar em Manteigas, não deu conta da realização da sessão de esclarecimento referida, porque não a viu anunciada em lado nenhum, e acredita que tenha sido realizada durante o dia (o Senhor Deputado Nuno Matos Soares esclareceu aqui que foi às quinze horas). Questionou depois se esteve alguém da Câmara nessa sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara disse que, além do Parque Natural da Serra da Estrela ter divulgado o evento na comunicação social, a Câmara esteve presente e acompanhou a evolução deste processo desde há dois anos junto da Comissão de Acompanhamento. Mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esclareceu que o assunto foi tratado em sessão da Câmara, a Câmara deu a conhecer a sua posição sobre esta matéria, e isto é público. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso prosseguiu dizendo que quer tentar perceber o que aconteceu até agora, pois não teve essa informação. Pediu depois que os senhores vereadores se pronunciassem sobre este assunto. -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho disse que esteve na Comissão de Acompanhamento na Guarda e que este plano de ordenamento já devia estar revisto por ter impedido que alguns instrumentos municipais avançassem no tempo certo, como é o caso do PDM de Manteigas. Pouco mais pode adiantar porque abandonou este processo há uns anos e, até alguém lhe mostrar uma acta das sessões de Câmara onde este assunto esteja referido, não conhece, oficialmente, a posição de Manteigas sobre esta questão. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa esclarecendo que os senhores vereadores podem falar a solicitação da Assembleia e não de um deputado. Disse que as posições na Comissão de Acompanhamento são tomadas sobre a matéria que está em cima da mesa e o Senhor Presidente tem que submeter o assunto a sessão de Câmara na altura em que a posição de Manteigas tenha que ser apresentada. Além disso este processo está em discussão pública há cerca de sessenta dias e a posição das Câmaras da área envolvida são públicas. Enquanto membro da Comissão de Acompanhamento, afirmou que este processo já dura há mais de dez anos, a posição de Manteigas é conhecida e não há nada de novo houve ultimamente sobre a nossa posição de sempre.-----

-----O Senhor Presidente reconheceu que também não tinha conhecimento da discussão pública, recordando que um funcionário do Parque Natural da Serra da Estrela esteve aqui nesta Assembleia, já neste mandato, a dar conta dos novos limites propostos para o PNSE. Esta moção tem a vantagem de nos alertar para alguns pormenores e parece-lhe que o Senhor Deputado Nuno Matos Soares acompanhou exhaustivamente este processo. Acredita que todas as menções no documento são em prole da defesa dos interesses de Manteigas e não temos mais tempo útil para discutir este assunto com profundidade. Todos sabemos que as propostas das discussões públicas não passam geralmente de indicações não levadas em linha de conta mas, pelo menos, ficam em anexo aos documentos. É de opinião que o máximo que esta Assembleia pode fazer é aproveitar o trabalho do Senhor Deputado Nuno Matos Soares, que teve o cuidado de se documentar com algum rigor, para marcarmos uma posição. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares informou a Assembleia que, independentemente do resultado da votação, vai apresentar individualmente uma exposição na discussão pública, de teor semelhante ao da moção em discussão.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso lamentou não ter recebido a informação de onde ela deveria ter vindo e de não ter tido tempo para a estudar convenientemente (aqui o Senhor Deputado Nuno Matos Soares informou que colheu a informação no Diário da República). Os membros do Partido Socialista comungam das preocupações de todos os que habitam Manteigas, mas lamentam que não estejamos todos preparados para votar em consciência o documento que foi aqui apresentado.-----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares frisou que esta informação consta no site do Diário da República, que toda a gente pode visitar e consultar.-----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar felicitou o Senhor Deputado Nuno Matos Soares pelo trabalho técnico desenvolvido e afirmou que, como não sabe avaliar, não é capaz de votar o documento em consciência porque não é capaz de o ponderar.-----

-----O Senhor Presidente colocou então a moção a votação, tendo a mesma resultado em cinco abstenções e treze votos a favor. **A moção sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela foi aprovada por maioria e por minuta.**-----

-----O Senhor Presidente solicitou então ao Senhor Deputado Nuno Matos Soares que lhe fizesse chegar a lista das entidades para as quais esta moção deve ser remetida.-----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos questionou a Mesa sobre o desenvolvimento que foi dado à moção sobre os túneis da Serra da Estrela, apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Matos Soares. Quis também deixar bem expresso o seu apoio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro sobre a questão que é objecto do edital desta Junta de Freguesia, discutido no início da sessão.-----

-----O Senhor Presidente disse que se vai inteirar da situação e dar depois a informação sobre esta matéria.-----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão pediu que houvesse mais vigilância no Parque da Senhora de Fátima, chamou a atenção para a perigosidade cada vez maior que representa o muro junto ao Valzedo. Referindo as festas religiosas da vila, disse depois que a cera que é derramada pelos crentes na calçada durante as procissões torna deveras perigosa a circulação, quer automóvel, quer pedestre, na Rua Bernardo Marcos Leitão. Espera que este ano, depois do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acidente que ocorreu, se tomem medidas, de uma vez por todas, para evitar tais situações de perigo.--

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar referiu que as pessoas com quem vai convivendo, que passam por Manteigas de carro, não encontram placas a indicar as Termas de Manteigas, mas sim e apenas INATEL. Referiu também que as pessoas que param no miradouro da Pousada não vêem Manteigas porque as árvores defronte já estão demasiado altas; pergunta se não se pode tomar alguma medida no sentido de permitir a vista sobre Manteigas, sem destruir a Natureza.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares lembrou que a moção sobre os Túneis da Serra da Estrela é objecto de discussão da sessão de vinte e sete de Junho de dois mil e oito e consta das páginas trezentos e noventa e seis a trezentos e noventa e nove da acta número dezoito desta Assembleia. Referiu que alterou o texto sobre o qual houve maior divergência (a referência a que o Governo Central estaria a dar uma mão especial à Câmara de Seia), enviou por correio electrónico ao Senhor Deputado Albino Leitão, já trocou com ele uma breve impressão e pensa que a moção estará em condições de ser aprovada. Embora o Senhor Deputado tenha apenas lido na sessão a parte que foi alterada, reproduzo aqui a moção apresentada para aprovação [ANEXO 17], na íntegra: «*Moção em defesa da construção de túneis de atravessamento da Serra da Estrela entre Covilhã – Manteigas – Gouveia/Seia § Foi com imensa tristeza que tomamos conhecimentos de que o Senhor Ministro das Obras Públicas terá já despachado no sentido da adjudicação dos estudos necessários à construção dos IC6, IC7 e IC37, onde eventualmente seriam construídos os túneis entre Covilhã – Manteigas – Gouveia/Seia, tendo a opção recaído sobre o cenário “C” do estudo prévio, ou seja, o contorno da Serra em detrimento do seu atravessamento. § Tal escolha preconiza que na sua ligação Seia - Covilhã, nas proximidades de Folhadosa, atravessa duas áreas do Parque Natural da Serra da Estrela, entre Sandomil e Vide, sendo que face à orografia local o Rio Alva será atravessado em viaduto, tendo ainda neste trecho pelo menos dois túneis na zona de São Gião, um de 1.300m e outro de 200m. § Importa referir que esta solução preconiza igualmente que a partir de Vide e até às proximidades do Tortosendo o traçado seja bastante sinuoso e com grande declive, pois aproxima-se do traçado da EN 230, incorrendo em várias penetrações na zona do PNSE. Também neste trecho se prevê pelo menos um túnel de 900m de extensão na transposição da serra, em Alvoco da Serra. § Estima-se que os três túneis terão um custo aproximado de 50 milhões de euros e a estimativa de investimento para a construção da totalidade do “Cenário C” é superior a 420 milhões de euros. § Este cenário comprova o que todos já sabemos: apenas túneis conseguem fazer encurtar distancias. § Assim sendo, não percebemos porque se pretere uma grande obra, verdadeiro elo de ligação entre os municípios serranos, facilitador para nós e gerações vindouras de deslocações e ligações, unindo Covilhã, Manteigas, Seia e Gouveia em poucos minutos. § Esta opção é tão*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*mais errada porque exclui definitivamente o Concelho de Manteigas do desenvolvimento, sendo um rude golpe nas aspirações de coesão territorial da zona da Serra da Estrela e do interior do país. § Não será certamente por acaso que praticamente todos os Presidentes de Câmara da Serra da Estrela são favoráveis à alternativa “B” do estudo em discussão pública, agregando sensibilidades do PS e PSD na defesa dos interesses das populações locais. § A pública defesa desta solução por parte das três maiores Câmaras da região (Covilhã, Guarda e Viseu) mostra claramente que ao defendermos o atravessamento da Serra por túneis não estamos a ser mesquinhos e egoístas, olhando para o nosso próprio umbigo, estamos sim a defender o interesse colectivo, o interesse regional e, no nosso caso, enquanto autarcas de Manteigas, concretamente o interesse local. § Nesta decisão do Senhor Ministro Mário Lino não nos parece que tenha imperado o interesse nacional, o interesse da coesão e sustentabilidade de todo o território nacional. Desta solução apenas algumas franjas da população da Serra da Estrela extrai benefício. § Pela nossa parte não aceitamos nem aceitaremos nunca que o interesse de alguns seja posto acima do interesse geral, pois isso significa a desvirtuação e a negação da democracia. § Por sabermos que a decisão errada do Senhor Ministro das Obras Públicas está perfeitamente a tempo de ser corrigida, manifestamos uma vez mais o nosso apoio à solução “B” do estudo prévio, solicitando ao Senhor Primeiro Ministro que rectifique essa decisão, optando pela solução mais consensual e melhor aceite pelos autarcas da região da Serra da Estrela, a qual defendemos desde há longa data, por ser a única verdadeiramente benéfica para a melhoria das condições de vida da maioria das populações locais e dos turistas que nos visitam e pretendemos que nos continuem a visitar, criando riqueza e sustentabilidade num desenvolvimento que almejamos e pretendemos ter.»* -----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos propôs que se informasse que, uma vez que vai haver eleições no próximo ano, boicotamos os actos eleitorais caso não haja resposta positiva a esta nossa pretensão. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que este é um assunto que pode ser submetido a uma próxima assembleia. Pôs então à votação a moção apresentada com as alterações introduzidas, a qual foi **aprovada por unanimidade e por minuta**. A mesma será enviada ao Senhor Primeiro-Ministro e dela será dado conhecimento ao Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Ministro das Obras Públicas, e a todos os líderes parlamentares da Assembleia da República. -----

-----O Senhor Presidente, sobre a intervenção do Senhor Deputado Umberto Leitão, disse que está de acordo que o muro do Valazedo está efectivamente pior. Dirigiu-se depois ao Senhor Vereador José Pinheiro dizendo que há algum ‘desleixo’ na manutenção do cemitério, que teve a oportunidade de visitar hoje. Referiu depois o tempo excessivo despendido no arranjo do

